

V NOVEMBRO NEGRO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E RACISMO: ENTRE MARCOS LEGAIS E EXCLUSÕES PERSISTENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM GOIÁS.

Anna Paula Neri de Sousa Dutra de Miranda – Universidade Federal de Goiás¹

O trabalho analisa a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e na rede estadual de ensino de Goiás, destacando marcos legais, políticas públicas e contextos sociopolíticos que moldaram a modalidade entre 1950 e 2023. O objetivo é compreender como processos de institucionalização, descontinuidades e disputas políticas atravessaram a construção da EJA, revelando tanto avanços quanto permanências de exclusões estruturais. A metodologia adotada combina análise documental e historiográfica, com ênfase em legislações, pareceres e resoluções, relatórios institucionais e estatísticas educacionais, além de referenciais críticos da sociologia e do pensamento negro. Os resultados preliminares evidenciam que, em Goiás, a EJA foi marcada por sucessivas reformulações administrativas e pela predominância de programas supletivos e compensatórios, que reforçaram a fragmentação das políticas e a ausência de continuidade pedagógica. Iniciativas como o MOBREAL, o Projeto Minerva e programas de profissionalização compulsória mostraram-se incapazes de garantir formação crítica e emancipadora, atuando mais como instrumentos de controle social do que de democratização do acesso. A pesquisa aponta ainda como raça, classe e gênero atravessaram as políticas educacionais, reforçando a exclusão histórica da população negra e a marginalização de mulheres negras trabalhadoras, cujas experiências foram invisibilizadas nos processos de certificação e reconhecimento formal. Conclui-se que a EJA em Goiás, apesar de esforços de institucionalização, manteve-se como um território de disputa entre projetos autoritários e propostas emancipatórias. A recuperação crítica dessa

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Catalão. Pesquisadora em políticas públicas que acentuam desigualdades estruturais baseadas em raça, classe, sexo e território, com foco na Educação de Jovens e Adultos.

V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



trajetória revela a necessidade de políticas públicas comprometidas com justiça social, valorização da diversidade e garantia do direito à educação para populações historicamente excluídas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Desigualdades educacionais; Políticas Públicas e Racismo.

Referências

BARBOSA, Elisa Pimentel. O Projeto EJA-TEC em Goiás: o trabalho docente na educação de jovens e adultos a distância. Goiânia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2024. Disponível em: https://repositorio.ifg.edu.br/bitstream/prefix/2110/5/dissertac%CC%A7a%CC%83o_Elisa%20Pimentel.pdf. Acesso em 02 out. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; AÇÃO EDUCATIVA. Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento / coordenação e texto final de Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Ebook. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934). Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara da Educação Básica (CEB). Parecer CEB/CNE nº 11, de 10 de maio de 2000. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury. Disponível em:

V NOVEMBRO NEGRO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf.
Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o regulamento para o ensino secundário no Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 13 jan. 1925. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=16782-A&ano=1925&ato=01f0TRU5UeVpWT11d>. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 709, de 31 de julho de 1969. Dispõe sobre a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-709-28-julho-1969-374183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 out. 1982. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_s_ite.pdf. Acesso: 02 out. 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Campinas, SP: Cadernos CEDES, 2001.

V NOVEMBRO NEGRO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwvn8w6dtBbmBqgQ/?lang=pt>. Acesso em:
02 out. 2025.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Ebook. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/pos-eja-santa-ines/wp-content/uploads/sites/99/2020/07/Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Mudan%C3%A7a.pdf>. Acesso em 02 out. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Ebook. Disponível em: <https://melhorespraticas.uff.br/wp-content/uploads/sites/17/2024/03/Pedagogia-do-oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em 02 out. 2025.

GADOTTI, Moacir. Educação Integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Ebook. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/9dd4bcb5-1544-4561-927a-8ca7803c1131/content>. Acesso: 02 out. 2025.

GOIÁS. Secretária de Educação e Esporte (SEE). Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás. Superintendência do Ensino Médio. Goiânia, 2013. Disponível em: http://www.educacao.go.gov.br/documentos/ppt/Vice_Diretores/prof_Celene.ppsx. Acesso em 10 de fev. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

MACHADO, Maria Margarida; MORAES, Carmen; VENTURA, Jaqueline Pereira. Reformas Educacionais Voltadas à Subordinação de Jovens e Adultos trabalhadores. Revista Práxis e Hegemonia Popular, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 64–88, 2022. DOI: 10.36311/2526-1843.2022.v7n10.p64-88. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/13950>. Acesso em: 02 out. 2025.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1988. E-book. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/05/Sociologia-do-Negro-Brasileiro-Clovis-Moura.pdf>. Acesso em 02 out. 2025.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Educação da População Negra no Brasil: interdições, resistências e ações afirmativas, o processo de abolição da escravidão no Brasil. Brasil: Revista Estudos Aplicados em Educação (REAE), 2024. Disponível

V NOVEMBRO NEGRO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/9519/4260.

Acesso em: 02 out. 2025.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola – Ibrades, 1987. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4856/res5_20.pdf. Acesso em 02 out. 2025.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro; MACHADO, Maria Margarida; SILVA, Danielly Cardoso da. Centro Memória Viva: documentação e referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais. [Ribeirão Preto], Paidéia: Revista do Curso de Pedagogia da Universidade FUMEC, 2013. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/2402>. Acesso em 02 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. E-book. Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1674332/mod_resource/content/1/Escola%20e%20Democracia%20%28edi%C3%A7%C3%A3o%20comemorativa%29.pdf. Acesso em: 02 out. 2025.

SILVEIRA, Liévrrê Xiol Morais. A política Educacional para a EJA: um estudo em uma escola no Município de Uruaçu - Goiás. 2023. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4929/2/Li%c3%a9vr%c3%aa%20Xiol%20Morais%20Silveira.pdf>. Acesso: 02 out. 2025.